



**ACÓRDÃO Nº821/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12360/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Karenina Kanavati Lasmar (Ordenador de Despesa.)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5158/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC, sob responsabilidade da Sra. **Karenina Kanavati Lasmar**, exercício de 2019, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2423/96.

**10.2. Aplicar Multa** à Sra. **Karenina Kanavati Lasmar**, gestora da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC no exercício de 2019, no valor de **R\$ 4.000,00** (Quatro mil reais), pela impropriedade remanescente na restrição 04 (letras “a”, “b”, “c” e “d”) do Relatório Conclusivo nº 11/2020-DICAÍ (fls. 1312/1351) e do Relatório/Voto, com base no art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, com redação dada pela Resolução n. 04/2018 - TCE/AM.

**10.2.1. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, acima registrado, aos Cofres da Fazenda Pública Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de



**ACÓRDÃO Nº821/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Recomendar à Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AadC** que promova a adequação do Portal de Transparência na forma da Lei n. 12527/2011 – Lei de Acesso à Informação, restrição 13;

**10.4. Determinar à Secretaria do Pleno - SEPLENO** que extraia cópia do Relatório/Voto e encaminhe à Sra. **Karenina Kanavati Lasmar**, juntamente com a decisão originada nos autos a fim de que tenha ciência do teor da restrição que foi alvo de recomendação.

**11- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Agosto de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº821/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral